

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE

**A Educação Inclusiva e suas contribuições para inserção
social da pessoa com deficiência**

TIAGO ALVES DE LIMA

Duque de Caxias, RJ

2011

TIAGO ALVES DE LIMA

**A Educação Inclusiva e suas contribuições para inserção
social da pessoa com deficiência**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título em Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Me. Vera Lúcia Alves dos Santos

Duque de Caxias, RJ

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CEHC

L 732 Lima, Tiago Alves de
A educação inclusiva e suas contribuições para inserção
social da pessoa com deficiência / Tiago Alves de Lima, 2011 -
f. 59p.

Orientadora: Profª Vera Lúcia Alves dos Santos.
Monografia (Licenciatura Plena em Pedagogia) –
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade
do Estado do Rio de Janeiro.

1. Educação especial. I. Santos, Vera Lúcia Alves dos. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de
Educação da Baixada Fluminense. III. Título.

CDU 376.4

AGRADECIMENTOS

Meu Deus, não quero agradecer-lhe somente com palavras. Serei eternamente grato e, seja como for, me comprometo a sempre de alguma maneira promover o bem ao longo de minha existência.

A minha avó, Anália, e a minha mãe, Maria Cristina, que mesmo sem possuírem altos títulos acadêmicos, moldarem conceitos ou discursos eloquentes, com alguma sabedoria me apoiaram nos momentos mais fatigantes.

A minha querida Melody Mie, que apesar de estar longe em determinados momentos, nunca deixou de me ouvir, me ajudar e me incentivar ao longo desses anos. Conviver com você me faz bem.

Especialmente a Profa. Vera Lúcia Alves dos Santos, que com “paciência oriental”, imenso compromisso com a ciência, docência e a educação inclusiva, “me abriu os olhos” em suas aulas e durante suas orientações para esta pesquisa.

A Profa. Valéria dos Santos de Oliveira pelas suas importantes considerações.

Aos professores participantes desta pesquisa, que com suas respostas, depoimentos e desabafos, muito contribuíram para que pudéssemos buscar a comprovação das hipóteses levantadas.

A todos que me ajudaram neste trabalho.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Tiago Alves de Lima

A Educação Inclusiva e suas contribuições para inserção
social da pessoa com deficiência

Monografia apresentada à Faculdade de Educação
da Baixada Fluminense, da Universidade do Estado
do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para
obtenção do título em Licenciatura Plena em
Pedagogia.

Data da aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora

Profa. Me. Vera Lúcia Alves dos Santos – Faculdade de Educação da Baixada
Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Orientadora

Profa. Valéria dos Santos de Oliveira – Fundação de Apoio à Escola Técnica do
Estado do Rio de Janeiro – FAETEC

É imperativo que haja uma mudança na perspectiva social, pois por tempo já demasiadamente longo, as pessoas com deficiência têm sido marcadas por uma sociedade incapacitante que acentua mais os seus limites do que as suas potencialidades.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA

RESUMO

LIMA, T. A. **A Educação Inclusiva e suas contribuições para inserção social da pessoa com deficiência.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011. 59 p.

Este trabalho objetiva elencar algumas das contribuições da Educação Inclusiva para o desenvolvimento e inserção social da pessoa com deficiência. Para tentarmos comprovar as nossas hipóteses, nos valem de pesquisas bibliográficas e das informações obtidas por meio de uma pesquisa qualitativa, dirigida a professores da rede pública e privada do Estado do Rio de Janeiro. As reflexões sobre os dados deste estudo nos levam a crer que os diversos estímulos e a socialização, ambos fomentados no âmbito da educação inclusiva, favorecem sobremaneira o desenvolvimento das potencialidades não só dos educandos com deficiência, como também de todo o alunado, assim como dos professores, pais e de todos os outros profissionais envolvidos com a Inclusão. Também estamos convencidos de que numa escola inclusiva, dotada de atendimento educacional especializado, currículo voltado para todos e infraestrutura adequada, os alunos com deficiência têm oportunidade de vivenciarem conflitos, interagir com seus pares e confrontarem valores que irão imensuravelmente contribuir para que possam viver de uma maneira mais autônoma na sociedade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, escola inclusiva, inclusão, deficiência, desenvolvimento.

RÉSUMÉ

LIMA, T. A. **L'éducation inclusive et son apport à insertion sociale de personne en situation de handicap.** Mémoire de Fin de Cours (Graduation). Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011. 59 p.

Ce mémoire a pour but de dresser un répertoire de quelques uns des apports de l'éducation inclusive au développement et à l'insertion sociale de personne en situation de handicap. Pour essayer de confirmer nos hypothèses nous avons mis en oeuvre des recherches bibliographiques et une recherche qualitative auprès d'enseignants d'écoles publiques et privées dans l'État de Rio de Janeiro. L'examen approfondi des données et des résultats de cette recherche font croire que les divers stimuli et la socialisation – procédés encouragés dans le cadre de l'éducation inclusive – favorisent très fortement le développement des capacités non seulement des élèves en situation de handicap, mais aussi de tous les autres élèves ainsi que des enseignants, des parents et des autres professionnels qui s'occupent de l'inclusion. Nous sommes aussi convaincus que dans une école inclusive, dotée d'éducation spécialisées, d'un programme d'études destiné à tous et d'une infrastructure appropriée, les élèves en situation de handicap ont l'occasion d'expérimenter des conflits, d'interagir avec leurs pairs et de faire face à des valeurs extrêmement importantes qui leur permettront de vivre de façon plus autonome en société.

Mots-clés: Education Inclusive, école inclusive, l'inclusion, handicap, développement.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Introdução | 8 |
| 1 – Educação Inclusiva: alguns conceitos | 10 |
| 1.1– Conceituando educando com deficiência | 12 |
| 1.1.1 – Modelo médico da deficiência | 14 |
| 1.1.2 – Modelo social da deficiência | 15 |
| 1.2 – Pensando na terminologia ao se referir às pessoas com deficiência | 17 |
| 2 – Integração X Inclusão: pressupostos distintos | 21 |
| 2.1 – Escola inclusiva: um novo paradigma | 24 |
| 2.2 – Algumas abordagens sobre a legislação vigente | 26 |
| 2.2.1 – Constituição da República Federativa do Brasil | 27 |
| 2.2.2 – Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional | 28 |
| 2.2.3 – Resolução nº4/2009, do Conselho Nacional de Educação | 29 |
| 2.2.4 – Declaração de Salamanca | 29 |
| 2.2.5 – Política Nacional de Ed. Especial na Perspectiva da Ed. Inclusiva | 31 |
| 3 – O desenvolvimento dos educandos com deficiência numa escola inclusiva | 34 |
| 3.1 – Os professores: seus depoimentos e pontos de vista | 36 |
| 3.2 – Os benefícios da Inclusão para todos | 39 |
| Considerações finais | 41 |
| Referências bibliográficas | 43 |
| Anexos | 45 |
| Anexo 1 – Questionário dirigido aos professores | 46 |
| Anexo 2 – Os Questionários e comentários dos professores | 47 |

INTRODUÇÃO

Considerando a importância do paradigma educacional inclusivo para o desenvolvimento e participação efetiva de pessoas com deficiência na sociedade, como foi salientado por Stainback & Stainback (1999), Mantoan (2006), Sasaki (2003, 2005 e 2006), entre outros, buscou-se neste trabalho refletir sobre as contribuições da Educação Inclusiva acerca da inserção de pessoas com deficiência na sociedade.

Os seguintes questionamentos foram utilizados como pontos norteadores: O que é e quais os pressupostos da Educação Inclusiva? Qual o conceito de educando com deficiência? Qual a terminologia recomendada para se referir às pessoas com deficiência? Quais são as principais diferenças entre os paradigmas de integração e inclusão? O que diz as legislações vigentes sobre a inclusão? Os alunos com deficiência realmente se desenvolvem melhor numa sala de aula inclusiva? E os alunos com deficiências mais severas?

O caminho em busca por respostas para essas e outras perguntas foi percorrido por meio de pesquisa bibliográfica e de análise de dados de uma pesquisa qualitativa dirigida a professores da rede pública e particular do Estado do Rio de Janeiro.

O que nos motivou também a prosseguir neste trabalho é o fato de que no Brasil aproximadamente 14,5% da população, cerca de 24,5 milhões de pessoas, possui alguma deficiência, de acordo com o censo realizado em 2000 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Acreditamos que o número pode ser ainda maior, tendo em vista que a população brasileira teve um considerável aumento na última década.

Muitas dessas pessoas têm pouca esperança de ir à escola, conseguir um emprego, ter sua própria casa e até mesmo constituir uma família. Por isso,

estamos convictos de que a sociedade não pode fechar os olhos para essa situação. Não dá para pensarmos que o “problema” está somente com quem possui alguma deficiência ou com sua família, pois independente da profissão que um indivíduo possa optar, em diversas ocasiões ele deverá lidar com pessoas com deficiência: alunos, pacientes, leitores, funcionários, amigos, professores. Por que não se conscientizar quanto a isso?

As pessoas com deficiência sofrem com a exclusão que se manifesta de diferentes formas, nas escolas, nos teatros, nos supermercados, em não poder se locomover com liberdade e dignidade pela cidade, enfim. Para Mantoan (2006), a dificuldade que temos em nos relacionar com pessoas que se desviam um pouco mais da média faz com que elas sejam excluídas.

Acreditamos que para que haja harmonia e igualdade entre todas as pessoas a sociedade deverá tornar-se inclusiva e para a Declaração de Salamanca* (1994: ix), as escolas inclusivas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e proporcionando uma educação de qualidade para todos.

* Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada de 7 a 10 de outubro de 1994, em Salamanca, Espanha.

1 – EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ALGUNS CONCEITOS

“A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade.”
Maria Teresa Eglér Mantoan

Ao discorrer sobre todo e qualquer tema, é imprescindível escolher um conceito ou alguns conceitos que possam, assim como uma bússola, nortear as questões que serão apontadas no trabalho. Entretanto, ressaltamos que o conceituar pode aprisionar o pensamento. E devido a isso, não vamos tratar os conceitos como fins em si mesmo, mas usá-los entendendo que, geralmente, isolados não definem todas as particularidades de temas tão complexos como é o caso da educação inclusiva.

Num primeiro momento, iremos elencar algumas definições que devem ser encaradas como ponto de partida para uma reflexão acerca da perspectiva inclusiva, de seus pressupostos, contribuições e desafios. Em relação à Inclusão, concordamos com Santos (2003: 81):

Desde o seu aparecimento, em meados da década de 1990, este termo tem sido bastante polêmico. Ora tratam-no como se fosse continuidade do processo de integração vivido por deficientes, especialmente a partir da década de 1970, ora percebem-no como um conceito à parte, em si mesmo imbuído de *status* teórico suficiente para diferenciá-lo de qualquer outro arranjo historicamente proposto para um certo segmento da população apenas. (...) Inclusão não é a proposta de um estado ao qual se quer chegar. Também não se resume na simples inserção de pessoas deficientes no mundo do qual têm sido geralmente privadas. Inclusão é um processo que reitera princípios democráticos de participação social plena. Neste sentido, a inclusão não se resume a uma ou algumas áreas da vida humana, como, por exemplo, saúde, lazer ou educação. Ela é uma luta, um movimento que tem por essência estar presente em todas as áreas da vida humana, inclusive a educacional. Inclusão refere-se, portanto, a todos os esforços no sentido da garantia da participação máxima de qualquer cidadão em qualquer arena da sociedade em que viva, à qual ele tem direito, e sobre a qual ele tem deveres.

Na perspectiva educacional, a inclusão chegou para reafirmar o direito à educação para todos os indivíduos tal como está escrito na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948). Segundo a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a educação inclusiva parte do pressuposto que o direito à educação é um direito humano fundamental e a base para uma sociedade mais justa.

Ainda de acordo com a UNESCO, erroneamente, a noção de inclusão ainda é muitas vezes associada somente a crianças com deficiência. E por isso, declara, através do Arquivo Aberto sobre Educação Inclusiva, que a escola inclusiva atinge também as crianças que vivem em comunidades rurais, remotas e/ou carentes, as crianças que trabalham, aquelas que pertencem a grupos indígenas e minorias linguísticas, aos que apresentam alguma dificuldade para aprender e a todos os demais. Além disso, de maneira global, acredita-se que a perspectiva inclusiva é uma abordagem que analisa o modo de transformar os sistemas de ensino, a fim de responder à diversidade dos alunos. Isso significa melhorar a qualidade da educação, melhorando a eficácia dos professores, promover metodologias de aprendizagem centradas, desenvolvendo livros didáticos adequados e materiais de aprendizagem e assegurando que as escolas são seguras e saudáveis para todas as crianças.

A educação inclusiva, segundo Skrtic (1994 apud Stainback & Stainback, 1999: 31), é mais do que um modelo educacional. É um novo paradigma de pensamento e de ação, com o intuito de incluir todos os indivíduos em uma sociedade na qual a diversidade humana está cada vez mais sendo valorizada e se tornando mais norma do que exceção.

Para Mantoan (2006: 9) “os ambientes humanos de convivência são plurais por natureza. Assim, a educação escolar não pode ser pensada nem realizada senão a partir da ideia de uma formação integral do aluno.” Partindo desse pressuposto, a educação inclusiva objetiva uma educação de qualidade que atenda às necessidades básicas de aprendizagem e que desenvolva a formação de valores e de todas as potencialidades dos alunos. Mantoan (1997), acredita que a inclusão

institui a inserção do educando de uma forma mais radical, completa e sistemática. O vocábulo de integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos; a meta primordial da inclusão é de não deixar ninguém de fora do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em virtude dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (p. 145 apud Sassaki, 1997: 126)

Por fim, de acordo com Stainback & Stainback (1999: 21), “em um sentido mais amplo, o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas.” E por isso, o grande desafio é implementar a inclusão a um número maior de instituições escolares e comunidades e, ao mesmo tempo, ter em mente que o principal propósito é facilitar e ajudar a aprendizagem e o ajustamento de todos os alunos, os cidadãos do futuro.

De acordo com as exposições acima, acreditamos que o objetivo final da educação inclusiva é o de acabar com todas as formas de discriminação e fomentar a coesão social. A seguir, iremos discorrer, ainda que brevemente, acerca da conceituação de educando com deficiência e sobre a terminologia utilizada para se referir às pessoas com deficiência.

1.1 – Conceituando educando com deficiência

“Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos.”
Maria Teresa Eglér Mantoan

De acordo com Amiralian et al. (2000: 97), “na pesquisa e na prática da área da deficiência existem imprecisões, com variações relacionadas ao modelo médico e ao modelo social, que resultam em dificuldades na aplicação e utilização do conhecimento produzido”. A partir desse pressuposto, acreditamos ser importante neste momento, expor, ainda que de maneira sucinta, o conceito de deficiência, abordando os modelos médico e social, tomando como ponto de

partida a *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*, mais conhecida como CIF, publicada em 2001 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), e traduzida para língua portuguesa no ano de 2004.

Para a CIF, “a maioria dos termos que geram confusão é utilizada com um significado baseado no sentido comum da linguagem falada e escrita do dia a dia. Por exemplo, deficiência, incapacidade e limitação são frequentemente utilizadas com o mesmo significado nos contextos cotidianos.”

A CIF resultou da revisão da anterior *Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps - ICDH)*, versão inicial publicada pela OMS em 1980. Para a OMS, a CIF é uma classificação com múltiplas finalidades, para ser utilizada de forma transversal em diferentes áreas como saúde, educação, desenvolvimento de políticas sociais, legislação em geral, entre outras. Os objetivos específicos da CIF podem ser resumidos da seguinte maneira:

1. proporcionar uma base científica para a compreensão e o estudo dos determinantes da saúde, dos resultados e das condições relacionadas com a saúde;
2. estabelecer uma linguagem comum para a descrição da saúde e dos estados relacionados com a saúde, para melhorar a comunicação entre diferentes utilizadores, tais como, profissionais de saúde, pesquisadores, políticos e o público em geral, incluindo pessoas com deficiências;
3. permitir a comparação de dados entre países, entre disciplinas relacionadas com os cuidados de saúde, entre serviços, e em diferentes momentos ao longo do tempo; e
4. proporcionar um esquema de codificação para sistemas de informação de saúde. (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), 2004: 9)

De acordo com a pesquisa *Mídia e Deficiência* (2003: 117), elaborada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância em parceria com a Fundação Banco do Brasil, “ao adentrarmos, porém, em um processo mais detalhado das causas e soluções relativas ao universo da Deficiência, é importante estar atento a alguns conceitos balizadores, sob o risco de resvalar-se para uma abordagem discriminadora.” A seguir, faremos algumas abordagens acerca do modelo médico e social da deficiência.

1.1.1 – Modelo médico da deficiência

Para a pesquisa *Mídia e Deficiência* (2003: 117), do ponto de vista médico, é possível designar uma deficiência como uma doença. Mas recomenda que o procedimento não se estenda para o universo das pessoas leigas, pois “essa abordagem confina a questão da Deficiência ao campo médico, alimentando falsa expectativa de que ela pode ser curada, e ao mesmo tempo, bloqueando o acesso a uma série de outras possibilidades de interação social.” Para exemplificar, a pesquisa cita que “no plano do senso comum, uma criança ou adolescente “doente” não deveria estudar.” Além disso, ressalta que (grifo meu):

Embora vários tipos de deficiências decorram de doenças genéticas, a Deficiência, não é, em si mesma, uma doença; é uma condição de singularidade. Esta “restrição” ou “perda” de habilidades não impede uma criança ou adolescente de desenvolver suas potencialidades nas áreas da educação, do trabalho ou da saúde. Pelo contrário: experiências de inclusividade exigem uma permanente interface entre essas áreas. É deste tipo de contexto, portanto, que deriva a necessidade de abordar-se o debate público sobre a temática da Deficiência a partir da ótica dos Direitos Humanos e da plena inclusão social. (Mídia e Deficiência/Veet Vivarta, 2003: 117)

Ainda de acordo com a pesquisa *Mídia e Deficiência* (2003: 131), um ponto agravante em relação à utilização do modelo médico é que “uma solução comum encontrada por professores e gestores para justificar o não atendimento, em sala de aula regular, de um aluno com deficiência, é colocar a responsabilidade dessa inserção – ou não – no diagnóstico do médico.” A pesquisa também divulga um outro aspecto dificultador, ao considerar que (grifo meu):

O problema se agrava por que muitos profissionais da área de saúde passaram a realmente acreditar – e ainda hoje o fazem – que seu diagnóstico não somente pode, mas também deve ser o parâmetro norteador inquestionável da viabilidade da inserção de alunos com deficiência nas escolas regulares. O maior equívoco dessa abordagem é que, por definição, um diagnóstico médico não pode servir de parâmetro para guiar o trabalho da educação, a não ser que aquela criança esteja doente. Mas se decidirmos avançar no entendimento desse estranho cenário, acabaremos descobrindo também

que, quando convidada pela escola a avaliar uma criança ou adolescente com deficiência, a maioria dos profissionais de saúde lança mão do Código Internacional de Doenças. Assim, termina levando em consideração muito mais as limitações e impedimentos do candidato do que suas inúmeras potencialidades. (Mídia e Deficiência/Veet Vivarta, 2003: 131)

Fletcher (1996: 7, apud Sasaki, 2006: 29) diz que tradicionalmente, a partir da perspectiva médica, a deficiência tem sido vista como um “problema” somente do indivíduo e, por isso, a própria pessoa com deficiência teria que se adaptar à sociedade ou teria que ser moldada por profissionais através da reabilitação ou cura.

Encontramos reforço nas ideias acima em Sasaki (2006: 29-30), pois para ele, “o modelo médico de deficiência tem sido responsável, em parte, pela resistência da sociedade em aceitar a necessidade de mudar suas estruturas e atitudes para incluir em seu seio as pessoas com deficiência.” Porém, destaca que em algumas vezes uma pessoa com deficiência, necessita de fato, apoio físico ou médico, no entanto, é importante que isto atenda às suas necessidades e lhes dê maior controle sobre sua vida.

Por fim, acreditamos que todo o apoio destinado a uma pessoa com deficiência, independente da perspectiva, não deve ser feito sem a sua prévia consulta.

1.1.2 – Modelo social da deficiência

A CIF tenta chegar a uma síntese que ofereça uma visão coerente das diferentes perspectivas de forma biológica, individual e social, baseando-se numa integração do modelo médico e do modelo social de deficiência, objetivando uma abordagem “biopsicossocial”. A CIF define deficiência, funcionalidade e incapacidade da seguinte maneira:

Deficiência: é uma perda ou anormalidade de uma estrutura do corpo ou de uma função fisiológica (incluindo funções mentais). (...) O termo anormalidade refere-se estritamente a uma variação significativa das normas estatisticamente estabelecidas

(i.e. como um desvio de uma média na população obtida usando normas padronizadas de medida) e deve ser utilizado apenas neste sentido.

Funcionalidade é um termo genérico para as funções do corpo, estruturas do corpo, atividades e participação. Ele indica os aspectos positivos da interação entre um indivíduo (com uma condição de saúde) e os seus fatores contextuais (ambientais e pessoais).

Incapacidade é um termo genérico para deficiências, limitações da atividade e restrições na participação. Ele indica os aspectos negativos da interação entre um indivíduo (com uma condição de saúde) e seus fatores contextuais (ambientais e pessoais). (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), 2004: 186-187)

Para a CIF, ainda permanece a difícil questão de qual a melhor maneira de se fazer referência aos indivíduos que enfrentam algum grau de limitação ou restrição funcional e além disso, destaca que:

a CIF não é, de forma alguma, uma classificação de pessoas. Ela é uma classificação das características de saúde das pessoas dentro do contexto das situações individuais de vida e dos impactos ambientais. A interação das características de saúde com os fatores contextuais é que produz a incapacidade. Assim, os indivíduos não devem ser reduzidos ou caracterizados apenas em termos das suas deficiências, limitações ou restrições na participação. (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), 2004: 215)

No Brasil, a resolução nº 4/2009 do Conselho Nacional de Educação (CNE) considera alunos com deficiência como “aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial”; aqueles com transtornos globais do desenvolvimento são os “que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento psicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras”, como os autistas; superdotados são “aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas”.

Por fim, entendemos que buscar o entendimento sobre o conceito de deficiência é realmente importante, pois a superação de questões conceituais pode facilitar a promoção de outras ações, trazendo benefícios tanto às pessoas com deficiência como à comunidade em geral.

Após a tentativa de explicitar um breve olhar sobre a conceituação de pessoa com deficiência, nos indagamos: como contribuir efetivamente, além de lidar somente com a questão conceitual? A partir deste questionamento,

entendemos que se faz necessário com urgência o encaminhamento de novas formas de interação humana na educação.

1.2 – Pensando na terminologia ao se referir às pessoas com deficiência

A maneira como nos expressamos e nos comunicamos através da linguagem costuma passar despercebida do cotidiano da maioria das pessoas, segundo a edição da pesquisa *Mídia e Deficiência* (2003). Ainda de acordo com essa pesquisa, o preço dessa desatenção é que constantemente, estamos reproduzindo conceitos defasados, informações desencontradas e preconceitos cristalizados. Em relação ao uso da terminologia adequada, Sasaki (2003) aponta que:

não utilizar os termos técnicos corretamente não é uma mera questão semântica. Se desejamos falar ou escrever construtivamente, numa perspectiva inclusiva, sobre qualquer assunto de cunho humano, a terminologia correta é especialmente importante. Ainda mais quando abordamos temas tradicionalmente derivados de preconceitos, estigmas e estereótipos. Os termos são considerados corretos em função de certos valores e conceitos vigentes em cada sociedade e em cada época. Assim, eles passam a ser incorretos quando esses valores e conceitos vão sendo substituídos por outros, o que exige o uso de palavras diferentes. (apud *Mídia e Deficiência/Veet Vivarta*, 2003: 39)

Ainda de acordo com Sasaki (2003), o maior problema decorrente do uso de conceitos inadequados, está no fato da terminologia obsoleta, as ideias equivocadas e as informações truncadas serem inadvertidamente reforçadas e perpetuadas. A seguir, iremos fazer um recorte no tempo, elencando alguns conceitos utilizados no Brasil.

Ao longo dos anos as pessoas com deficiência receberam diversas denominações. Todos esses conceitos variavam e ainda variam de acordo com o relacionamento da sociedade com as pessoas que possuem este ou aquele tipo de deficiência, tendo sempre características de um contexto socioeconômico e cultural específico.

Segundo Sasaki (2005), no começo da história, quando a visão da sociedade sobre as pessoas que tinham uma deficiência era de que elas eram indivíduos sem valor ou socialmente inúteis, o termo dado a elas foi “*inválidos*”, ou seja, “sem valor”. Livros, nomes de instituições, leis, mídia e outros meios se referiam as pessoas com deficiência com essa nomenclatura.

Do início do século XX até meados dos anos de 1960, a sociedade se referia as pessoas com deficiência como sendo “*peças incapacitadas*”. A expressão significava, de início, “indivíduos sem capacidade” e, mais tarde, evoluiu e passou a significar “indivíduos com capacidade residual”. Durante várias décadas, era comum o uso desse termo para designar pessoas com deficiência de qualquer idade.

No final da década de 1950 até os anos de 1980 os conceitos utilizados foram: “os *defeituosos*”: que significava “indivíduos com alguma deformidade, principalmente física”; “os *deficientes*”: este termo era utilizado para denominar os indivíduos com deficiência física, intelectual, auditiva, visual ou múltipla, que os levava a executar as funções básicas da vida (andar, sentar-se, correr, escrever, tomar banho etc.) de uma forma diferente daquela como as pessoas sem deficiência faziam. E isto começou a ser aceito pela sociedade da época; e mais tarde o conceito empregado foi “os *excepcionais*”. O termo significava “indivíduos com deficiência intelectual” ou “abaixo da normalidade”. Ainda na década de 1950 surgiram as primeiras unidades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae.

A partir dos anos de 1980 surgiram outros termos para se referir às pessoas com deficiência como: *peças portadoras de deficiência*; *peças portadoras de necessidades especiais*, que ainda nos deparamos até hoje, através da mídia, da legislação e de algumas pessoas leigas. De acordo com o que está escrito no Manual da Mídia Legal (2002), existem vários argumentos para não utilizarmos esses vocábulos:

1. Pessoas não necessariamente carregam suas deficiências nas costas, como um fardo e, de vez em quando, descansam delas para conseguir um trabalho mais bem remunerado, por exemplo;
2. Não nos utilizamos de expressões como “portadores de olhos azuis” (porque também não há como dissociarmos os olhos da pessoa); e
3. Esses termos não criam relação de direito-dever entre pessoas com e sem deficiência, porque não divide responsabilidades. É como se a deficiência não fosse uma questão da sociedade, apenas um problema do “portador” e de seus familiares. (apud Mídia e Deficiência/Veet Vivarta, 2003: 24)

Por volta da metade da década de 1990, os movimentos mundiais de pessoas com deficiência, incluindo os do Brasil, convencionaram o uso da expressão “*peças com deficiência*”, que permanece até os dias de hoje. Esse termo faz parte do texto promulgado pela Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidades das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 2006 e ratificada no Brasil em julho de 2008.

Acreditamos ser importante ressaltar que a maioria da terminologia utilizada para denominar as pessoas com deficiência é retirada de documentos internacionais, em geral textos escritos no idioma inglês e espanhol. Portanto, é preciso que se tome a devida ressalva, pois sabemos que a tradução para a língua portuguesa nem sempre alcança o sentido original, o que pode gerar algumas distorções na compreensão desses termos.

De acordo Sasaki (2005), são princípios básicos para os movimentos terem chegado ao termo “peças com deficiência”:

1. Não esconder ou camuflar a deficiência;
2. Não aceitar o consolo da falsa ideia de que todo mundo tem deficiência;
3. Mostrar com dignidade a realidade da deficiência;
4. Valorizar as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência; e
5. Combater neologismos que tentam diluir

Aponta ainda Sasaki (2003: 160), que “a construção de uma verdadeira sociedade inclusiva passa também pelo cuidado com a linguagem. Na linguagem se expressa, voluntariamente ou involuntariamente, o respeito e a discriminação em relação às pessoas com deficiência”.

Nesse sentido, entendemos que cada nomenclatura anuncia valores, crenças, indica ideias, maneira de pensar e também pode revelar a intencionalidade de nossas atitudes.

Assim, considerando a necessidade de buscar e optar por uma nomenclatura que adotamos neste trabalho a expressão “crianças, educandos, alunos ou pessoas com deficiência”.

Para dar prosseguimento ao nosso posicionamento em relação à inserção de pessoas com deficiência na sociedade, no capítulo 2, iremos abordar o entendimento de dois paradigmas: Integração e Inclusão.

2 – INTEGRAÇÃO X INCLUSÃO: PRESSUPOSTOS DISTINTOS

“Os direitos das pessoas com deficiência avançaram de uma prática de segregação ao modelo da integração, para agora chegar ao conceito de sociedade inclusiva.”
Mídia e Deficiência/Veet Vivarta, 2003

De acordo com Mantoan (2006: 17), os dois vocábulos – integração e inclusão, embora tenham significados semelhantes, possuem posicionamentos divergentes e são empregados para expressar situações de inserção diferentes. Este é o ponto principal a ser entendido quando se analisa qualquer tema relacionado à inserção de pessoas com deficiência na sociedade.

Ainda segundo Mantoan, a noção de integração é compreendida de diversas maneiras, quando aplicada na escola. Os diversos significados que lhe são atribuídos devem-se ao uso do termo para expressar fins diferentes, sejam eles pedagógicos, sociais, filosóficos e outros. O emprego do vocábulo integração é utilizado até mesmo para designar alunos agrupados em escolas especiais para deficientes. O número crescente de estudos referentes à integração escolar e o emprego generalizado do termo têm levado a muita confusão a respeito das ideias que cada caso encerra.

Segundo a edição da pesquisa *Mídia e Deficiência* (2003: 19), “a *integração* nos induz a acreditar que podemos escolher quais seres humanos têm direito a estar nas escolas, nos parques de diversões, nas igrejas, nos ambientes de trabalho, em todos os lugares.”

A modalidade de integração pressupõe que somente devem ser incluídos os alunos que estão “aptos” às escolas regulares. As críticas a esse modelo afirmam que as políticas de integração isolam os alunos e só integra de fato, os que não constituem um desafio a sua competência.

Diferente disso, a inclusão implica mudança nesse paradigma educacional. A educação inclusiva busca a inserção de todos os alunos e não somente aqueles que poderão se adaptar as classes regulares. Para a proposta inclusiva, não são os alunos que precisam se mostrar capazes, mas a própria escola que deve ser capaz e estruturada em função das necessidades dos alunos.

Na perspectiva inclusiva não há tolerância para discriminações e nem para escola à parte para deficientes. Incondicionalmente todos os alunos são matriculados em classes regulares e recebem oportunidades educacionais adequadas, que são desafiadoras, porém ajustadas às suas habilidades e necessidades. Trata-se de um trabalho de “ressignificação” do papel da escola, bem como a adoção de formas mais solidárias e plurais de convivência.

De acordo com Stainback & Stainback (1999: 24), do ponto de vista acadêmico e social, as classes segregadas são prejudiciais aos alunos. Depois de realizar diversos estudos, Wehman (1990) concluiu que as turmas segregadas não conduzem à independência e à competência, mas estimulam uma sensação irrealista de isolamento. Brown v. Board of Education (1954: 493 apud Stainback & Stainback, 1999: 24) declarou claramente quanto a educação especial e segregadora pode

gerar um sentimento de inferioridade com a relação à situação (das crianças) na comunidade, que pode afetar seus corações e suas mentes... A sensação de inferioridade... afeta a motivação da criança para aprender... (e) tem uma tendência a retardar... o desenvolvimento educacional e mental.

Esta preocupação está refletida nas experiências de indivíduos com deficiência que foram colocados em ambientes segregados. Um aluno que frequentou classes especiais durante todo o seu ciclo escolar declarou que

O único contato que tínhamos com as crianças “normais” era visual. Olhávamos umas para as outras. Nessas ocasiões, posso relatar meu próprio sentimento: constrangimento... posso também relatar o sentimento delas: Credo! Nós, as crianças da “classe especial”, internalizávamos a mensagem do “credo” e mais algumas outras. Estávamos na escola porque as crianças vão para a escola, mas éramos proscritos sem nenhum futuro ou expectativa. (Massachusetts Advocacy Center, 1987: 4-5 apud Stainback & Stainback, 1999: 24)

Outra pessoa com deficiência que foi segregada em seus anos escolares declarou:

Eu me formei... totalmente despreparado para o mundo real. Então, ficava em casa o dia todo, trancado, achando que conseguir um emprego era algo completamente fora de questão... Acredite-me, um ambiente segregado não prepara para uma vida integrada... (Massachusetts Advocacy Center, 1987: 4 apud Stainback & Stainback, 1999: 24-25)

Encontramos apoio nas declarações expostas acima em Stainback & Stainback (1999: 25), pois para eles “em geral, os locais segregados são prejudiciais porque aliena os educandos e os alunos com deficiências recebem pouca educação útil para a vida real”. Em contrapartida, as salas de aula inclusivas partem do pressuposto do qual todas as crianças podem ser inseridas. Não estamos falando apenas de inclusão educacional, mais de uma inserção no sentido mais amplo na sociedade, buscando a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconheça e valorize as diferenças.

Acreditamos ser importante ressaltar que o paradigma da integração, norteador de práticas sociais e políticas públicas pertinentes a pessoas com deficiência durante cerca de 40 anos (décadas de 1950 a 1980), exerceu um papel extremamente importante na luta contra a discriminação das pessoas com deficiência, pois substituiu o paradigma de segregação institucional que existia na época. De acordo com a edição da pesquisa *Mídia e Deficiência* (2003: 22), “a segregação institucional consistia em o Estado, a família ou a sociedade de um modo geral internar pelo resto da vida as pessoas com deficiência em instituições fechadas, terminais.” Segundo Sasaki (2006: 30) a década de 1960 testemunhou o aparecimento de diversas instituições especializadas, tais como: escolas especiais, centros de reabilitação, clubes sociais especiais, etc. O movimento pela integração social buscava, através dessas instituições, inserir as pessoas com deficiência nos sistemas sociais gerais como a educação, o trabalho, a família e o lazer.

Ainda de acordo com Sasaki (2006: 41), enquanto processo social, a *integração* ainda é muito importante, pois para alcançarmos uma sociedade

verdadeiramente para todos, a *integração social* tem ainda uma parte decisiva a cumprir, sobretudo nas situações onde ainda se encontra resistência contra a adoção de medidas inclusivistas.

Entendemos que, de certa maneira, é compreensível que ainda possamos encontrar resistência ao movimento de *inclusão* em várias esferas da sociedade, pois de acordo com Mantoan (2006: 14), “o período em que se estabelecem as novas bases teóricas suscitadas pela mudança de paradigmas é bastante difícil, pois caem por terra os fundamentos sobre os quais o antigo modelo se assentava, sem que se finquem de todo os pilares que a sustentarão daí por diante.” Entretanto, para Sasaki (2006: 41), estamos vivenciando uma fase de transição entre a integração e a inclusão. Portanto, é aceitável que na prática, ambos os processos sociais existam por mais um tempo até que, gradativamente, a integração esmaieça e a inclusão prevaleça.

2.1 – Escola inclusiva: um novo paradigma

“Na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças. Esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa.”
Maria Teresa Égler Mantoan

Como vimos anteriormente, o direito de todas as crianças à educação está proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Segundo a Declaração de Salamanca* (1994: 6), esse princípio orientador consiste em afirmar que as escolas devem se ajustar a todas as crianças, independente das suas condições, sejam elas físicas, mentais ou sociais. Neste contexto, as instituições de ensino terão que encontrar formas de educar com sucesso estas crianças.

Ainda de acordo com a Declaração de Salamanca (1994: 6), existe o consenso crescente de que as crianças e jovens com deficiência devem ser incluídos nas estruturas educativas destinadas à maioria das crianças, o que conduziu ao conceito de escola inclusiva, o qual tentaremos delinear neste subcapítulo.

* Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada de 7 a 10 de outubro de 1994, em Salamanca, Espanha.

Uma escola inclusiva é aquela que acolhe e educa, incondicionalmente, todos os alunos em salas de aula regulares e onde o trabalho pedagógico é feito para que todos recebam oportunidades educacionais de acordo com suas habilidades e necessidades.

As salas de aulas inclusivas, segundo Stainback & Stainback (1999: 11), partem de um pressuposto de que a escola é para todos. Todas as crianças estudam juntas e aprendem a fazer parte da vida escolar e comunitária. Além disso, ressaltam que a diversidade é fomentada e valorizada no interior de uma classe inclusiva; acredita-se que tal diversidade fortaleça a turma e ofereça a todos os seus membros maiores oportunidades para a aprendizagem.

Nas escolas inclusivas todos os alunos são respeitados e reconhecidos nas suas diferenças, ou melhor, são escolas que não são indiferentes às diferenças. Ao nos referimos a essas escolas inclusivas, estamos tratando de ambientes educacionais que se caracterizam por um ensino humanizador e de qualidade.

Segundo Mantoan, “nas escolas inclusivas todos se apóiam mutuamente e são atendidos em suas necessidades específicas por seus pares, sejam colegas de classe, escola, ou profissionais de áreas afins.” Um dos objetivos dessas escolas é a superação de todos os obstáculos que as impedem de garantir um ensino de qualidade e preocupado em desenvolver as potencialidades, as tendências naturais e as habilidades de cada aluno. A intenção é de fazer com que os alunos percebam a importância de estarem todos juntos em meio à diversidade e também reconheçam que o ambiente inclusivo enriquece suas habilidades e vivências para compreender melhor as noções acadêmicas e sociais.

As escolas voltadas para todos proporcionam um ambiente amistoso e acolhedor para os alunos. Uma das características marcantes dessas instituições é o esforço que despendem no sentido de mudar atitudes com relação às diferenças entre os alunos. Essas atitudes se circunscrevem ao âmbito escolar e fora dele, estendendo-se às famílias e à comunidade.

Esse novo paradigma educacional trata-se de um trabalho de “ressignificação” do papel da escola com professores, pais e comunidades

interessadas, bem como de adoção de formas mais solidárias e plurais de convivência, (Mantoan, 2006: 9). Partindo desse pressuposto, entendemos que as escolas inclusivas necessitam do apoio das famílias e da comunidade em geral, pois a participação de todos é de especial relevância para garantir e subsidiar as iniciativas da escola.

Os pais precisam se dar conta de que exercem papel importante nessa nova perspectiva. Eles são grandes aliados na reconstrução da nova escola brasileira. São também uma força estimuladora e reivindicadora dessa tão almejada recriação da escola, exigindo o melhor para os seus filhos, sejam eles com ou sem deficiência.

Por fim, salientamos que o paradigma inclusivo transmite valores e atitudes, além oferecer e estimular a produção do conhecimento. Além disso, objetiva explorar talentos físicos, mentais e assim, por meio dessa construção, estamos convencidos de que as escolas podem enfrentar o que antes eram obstáculos intransponíveis, como a presença de alunos com deficiências severas de ordem física, intelectual e sensorial, nas salas de aula regulares.

2.2 – Algumas abordagens sobre a legislação vigente

“Problemas conceituais, desrespeito a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem todo o sentido da inclusão escolar”.
Maria Teresa Eglér Mantoan

A inclusão é enraizada no direito à educação, tal como consagrado no artigo 26, da Declaração Universal de Direitos Humanos, promulgada em 1948. Uma série de tratados e instrumentos normativos, desde então, reafirmam esse direito. Alguns merecem nosso destaque, neste trabalho, como a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988; a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); a Resolução nº4/2009, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Declaração de Salamanca (1994), os quais, de maneira sucinta, tentaremos abordá-los a seguir.

2.2.1 – Constituição da República Federativa do Brasil

Assegurar a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação, é um princípio que está em nossa Constituição desde 1988.

Segundo a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão*, a nossa Constituição Federal elegeu como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, inc. II e III), e como um dos seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, gênero, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inc. IV).

Garante ainda expressamente o direito à igualdade (art. 5º), e trata, nos artigos 205 e seguintes, do direito de todos à educação. Esse direito objetiva o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 205, CF).

Além disso, elege como um dos princípios para o ensino, a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (art. 206, inc. I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, V).

Em seu artigo 208, a Constituição Federal prescreve que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (apud Mantoan, 2006: 27). O preferencialmente, de acordo com Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão*, refere-se a (grifo meu):

“atendimento educacional especializado”, ou seja, aquilo que é necessariamente diferente no ensino escolar para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência. Isto inclui, principalmente, instrumentos necessários à eliminação das barreiras que as pessoas com deficiência têm para relacionar-se com o ambiente externo. Por exemplo: ensino da Língua brasileira de sinais (Libras), do código Braille, uso de recursos de informática e outras ferramentas tecnológicas, além de linguagens que precisam estar disponíveis nas escolas comuns para que elas possam atender com qualidade aos alunos com e sem deficiência.

O atendimento educacional especializado deve estar disponível em todos os níveis de

*através da cartilha: “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular” (2004: 6 - 8)

ensino escolar, de preferência nas escolas comuns da rede regular. Este é o ambiente escolar mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com seus pares de mesma idade cronológica e para a estimulação de todo o tipo de interação que possa beneficiar seu desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo.

Portanto, a Constituição garante a todos o direito à educação e ao acesso à escola. Toda escola, assim reconhecida pelos órgãos oficiais como tal, deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, gênero, cor, idade, deficiência ou ausência dela.

Assim, quando nossa Constituição Federal garante a educação para todos, significa que é para todos mesmo, em um mesmo ambiente, e este pode e deve ser o mais diversificado possível, como forma de atingir o pleno desenvolvimento humano e o preparo para a cidadania.

2.2.2 – Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

De acordo com Fabiana Kloh (2009: 6), a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), segue os ditames da Constituição da República Federativa do Brasil, sob pena de padecer de inconstitucionalidade.

O Art. 58 da LDB sinaliza a possibilidade da inclusão e prescreve que os alunos com deficiência sejam matriculados na rede regular de ensino, como podemos verificar:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

Em seu art. 59, permite a terminalidade específica de conclusão do ensino fundamental em situação específicas, bem como possibilita a aceleração de

estudos para os superdotados (inc. II). Ressalta também que o apoio educacional especializado deverá ser voltado para o trabalho, visando (grifo meu):

a efetiva integração do educando com deficiência em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

2.2.3 – Resolução nº4/2009, do Conselho Nacional de Educação

No fim de 2009, a resolução nº 4/09 do Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu que os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação devem ser matriculados nas classes comuns do ensino regular.

Para a resolução nº 4/09 do CNE, deve haver um atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, realizado, prioritariamente, na própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização. Somente caso isso não seja possível ele pode ser feito em centros de atendimento educacional especializado da rede pública ou de instituições sem fins lucrativos conveniadas com a secretaria de educação. O documento prevê ainda que os alunos matriculados na escola comum e no atendimento especializado sejam contabilizados duplamente no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação (Fundeb), enquanto escolas especiais cujos alunos não estejam matriculados também nas regulares não recebem recursos do fundo.

2.2.4 – Declaração de Salamanca

Um grande impulso para abordagem da educação inclusiva foi dado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais realizada de 7 a 10 de junho de 1994, em Salamanca, Espanha. Reuniram-se mais de 300 participantes, em representação de 92 governos e 25 organizações internacionais, a fim de promover o objetivo da Educação para todos, considerando como

fundamental a criação de políticas necessárias para promover a educação inclusiva, ou seja, permitir que as escolas atendam a todas as crianças (UNESCO, 1994, P. iii).

Para a Declaração de Salamanca (1994: viii), cada educando tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias, portanto, os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade dessas características e necessidades. Todas as crianças e jovens com deficiência, independente das suas condições físicas, sociais, lingüísticas ou outras, devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem adequar através de uma pedagogia centrada na criança, incluindo aquela que apresente incapacidade grave, capaz de ir ao encontro dessas necessidades. Nesse contexto, incluem-se também os superdotados, crianças que vivem nas ruas ou que trabalham, crianças de populações remotas, de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais e crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais.

Quanto ao planejamento, recomenda que todo plano educativo elaborado pelos governos deverá concentrar-se na educação para todas as pessoas e em todas regiões do país, através das escolas públicas e privadas. Ressalta também, que é preciso uma concentração de esforços, através dos programas de educação de jovens e adultos (EJA), para alfabetizar e ensinar aritmética e as competências básicas às pessoas com deficiência.

Em seu parágrafo oito, afirma que nas escolas inclusivas, os alunos com deficiência deverão receber o apoio suplementar de que precisam para assegurar uma educação e seu desenvolvimento eficaz.

Para apoiar e tornar mais eficaz a legislação educativa, prevê, em seu parágrafo dezessete, uma articulação com os setores de saúde, segurança social, de formação profissional e emprego, através de uma ação conjunta de medidas legislativas que objetivem uma melhor política educativa.

Ressalta também, que o desenvolvimento das instituições inclusivas pressupõe uma política forte e precisa com uma dotação financeira adequada; uma campanha eficaz para a informação da sociedade objetivando combater

preconceitos, atitudes negativas e discriminatórias; um programa de orientação e formação de pessoal; e a disponibilização dos serviços de apoio necessários. Além disso, são precisas também algumas mudanças em assuntos específicos nas instituições de ensino como, currículo, instalações, na organização escolar, na pedagogia, na avaliação, nas atividades extra-curriculares etc.

Ainda de acordo com a Declaração de Salamanca, o mérito das escolas inclusivas não consiste somente no fato de serem capazes de proporcionar uma educação de qualidade a todas as crianças; a sua existência constitui um passo fundamental para a modificação das atitudes discriminatórias e na criação de sociedades acolhedoras e inclusivas.

2.2.5 – Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva foi apresentada pelo Ministério da Educação (MEC) no ano de 2008. Esse documento objetiva assegurar a inclusão escolar de educandos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e a todos os demais alunos. Visa também orientar os sistemas de ensino para garantir (grifo meu):

acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior, oferta de atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Foi elaborada e fundamentada por um grupo de trabalho composto pela então equipe da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (MEC) e também por colaboradores, em maioria experientes pesquisadores atuantes em áreas como inclusão escolar, processos de ensino-aprendizagem, formação de professores e atendimento educacional especializado.

Em sua apresentação divulga que a educação inclusiva se configura como um paradigma assentado sob o prisma dos direitos humanos e que “conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis”.

Ao contextualizar as circunstâncias históricas da exclusão dentro e fora das instituições escolares, afirma que a escola se caracterizou por práticas excludentes, que foram perpetuadas por meio de práticas educacionais reprodutoras da ordem social, e por privilegiar um determinado grupo: os mais favorecidos.

Afirma ainda que a educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum e que determinava, por meio de diagnósticos, as práticas educacionais para os alunos com deficiência. Ressalta que “por muito tempo perdurou o entendimento de que a educação especial seria a mais apropriada para a aprendizagem dos alunos com deficiência”, mas que o fomento de estudos no campo da educação vêm “modificando os conceitos, as legislações e as práticas pedagógicas de gestão”, promovendo a reestruturação de todo o sistema educacional.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva reconhece que a organização de escolas e classes especiais necessita ser repensada, para que por meio de uma mudança estrutural e cultural, a escola possa atender as especificidades de todo o alunado.

Por meio de suas diretrizes, promulga que “a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades e realiza o atendimento educacional especializado”.

O atendimento educacional especializado “identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas”. Tal atendimento deve ser realizado na própria escola ou em centro especializado no turno inverso da classe regular e não é substitutivo à escolarização, pois objetiva complementar e/ou suplementar a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Considera ser de responsabilidade dos sistemas de ensino disponibilizar variadas funções, como instrutor, tradutor/intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

Por fim, salientamos que as ações da educação especial estão presente em diversos campos: educação de jovens e adultos, educação superior, profissional, indígena, do campo e quilombola. Essas ações possibilitam o desenvolvimento das potencialidades dos educandos de modo que possam ter melhores oportunidades de escolarização, inserção no mundo do trabalho e efetiva participação social.

Acreditamos que apenas esses dispositivos legais bastariam para que ninguém negasse a qualquer pessoa com deficiência o acesso à mesma sala de aula de crianças ou adolescentes sem deficiência. Mas, infelizmente, em algumas ocasiões isso não acontece plenamente. Ainda nos tempos atuais, na tentativa de matricular uma criança com deficiência numa escola regular, não é raro se ouvir a seguinte advertência: nós iremos cumprir a lei, vamos matricular seu filho, mas nossa escola não está preparada para recebê-lo.

Assim, esperamos que as instituições de ensino se organizem em torno das especificidades dos alunos para que realmente todos os educandos encontrem um ambiente adequado, sem discriminações e que proporcione o melhor desenvolvimento de suas potencialidades.

3 – O DESENVOLVIMENTO DOS EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA NUMA ESCOLA INCLUSIVA

Como dito antes, nós realmente acreditamos que a socialização entre os educandos fomentada no âmbito de uma escola inclusiva favorece sobremaneira o desenvolvimento de todo o alunado, inclusive aqueles com deficiência. A seguir, veremos o que dizem alguns pesquisadores sobre a riqueza da diversidade propiciada pela convivência entre os educandos com e sem deficiência nas classes inclusivas.

De acordo com Stainback & Stainback (1999: 23), pesquisas desde a década de 1970 têm mostrado repetidamente os enormes benefícios que as crianças obtêm da socialização dos seus colegas durante os anos escolares. Os educandos desenvolvem muitas habilidades acadêmicas, sociais e também habilidades da vida diária, através das interações com seus pares.

Especificamente em relação aos educandos com deficiência, em geral, quanto mais tempo puderem passar em ambientes inclusivos, melhor será o seu desempenho nos âmbitos educacional, social e ocupacional (Ferguson & Asch, 1989; Wehman, 1990 apud Stainback & Stainback, 1999: 23). Alguns pais intuitivamente sabem que o ensino inclusivo aumenta as oportunidades do seu filho para o ajustamento na vida e um deles declarou que:

Quando ela tiver terminado a escola, será capaz de participar de algum tipo de situação integrada. Terá habilidades sociais que não teria tido e capacidade de atuar em situações mais complexas do que seria capaz se tivesse permanecido segregada. (Hanline & Halvorsen, 1989: 490 apud Stainback & Stainback, 1999: 23)

Alguns profissionais, que lidam diretamente com crianças com deficiência em classes inclusivas, entendem que educandos com diferentes níveis de deficiência aprendem mais em ambientes inclusivos, onde são proporcionados

experiências e apoios educacionais adequados, do que quando estão em ambientes segregados. Dois auxiliares de ensino em um projeto inclusivo americano declararam claramente que (grifo meu):

Como eles estão com seus colegas... para não ficarem para trás... querem fazer o que as outras crianças estão fazendo. Para eles é um encorajamento, pois vêem o que está acontecendo a sua volta e são o tempo todo estimulados... É bem simples...

Posso observar todos os dias... quando lidei pela primeira vez com Tia, alguns anos atrás... ela era muito quieta... Agora, posso vê-la no pátio da escola ou esperando o ônibus conversando... (e) envolvida com as outras crianças...

Tia me disse certo dia que gostaria de ser professora... Anos atrás, se ela tivesse me dito isso, eu teria pensado "não há como esta criança se tornar uma professora"... e agora tenho que dizer "sim, algum dia ela será capaz de ensinar crianças a ler". (Karagiannis, 1988: 146-147 apud Stainback & Stainback, 1999: 24)

É importante salientar, no entanto, que o entendimento de que as crianças com deficiência devem ser incluídas em classes regulares ainda não é universal. Em determinadas ocasiões encontramos alguns pesquisadores e profissionais que discordam com a inclusão de educandos com comprometimentos mais graves, com o argumento de que esses alunos além de não conseguir acompanhar o currículo, poderiam prejudicar o desempenho dos demais alunos.

Quanto a esse argumento, Strain (1983: 23) defende que é bastante razoável questionar a segregação predominante e profunda de crianças como as autistas e outras com alguma deficiência mais severa. Mas para esses alunos, convém não se preocupar com habilidades acadêmicas, pois mesmo que uma criança com deficiência severa não seja capaz de absorver todo o currículo de uma escola regular, ela pode beneficiar-se das experiências não acadêmicas no ambiente educacional regular. O que realmente importa é a oportunidade de adquirir habilidades sociais através da sua inclusão.

De acordo com Izabel Maior (2003: 79), não se pode precisar o grau limite para uma criança frequentar ou não uma classe regular. Essa avaliação é complexa e bastante delicada.

Ainda segundo Maior, há alguns anos, acreditava-se que uma pessoa com síndrome de Down* jamais poderia ser alfabetizada, enquanto hoje, encontramos muitas delas que não só foram alfabetizadas como trabalham e participam de

* Síndrome de Down é um distúrbio genético. Geralmente está associada a algumas dificuldades de habilidade cognitiva e desenvolvimento físico.

discussões sociais importantes.

3.1 – Os professores: seus depoimentos e pontos de vista

Neste subcapítulo, iremos abordar os dados obtidos por meio de uma pesquisa qualitativa, direcionada a professores que atuam em instituições de ensino públicas e privadas do Estado do Rio de Janeiro. Entendemos que para continuarmos com nosso trabalho, seria fundamental coletar e fazer uma reflexão acerca dos depoimentos, convicções e pontos de vista de educadores que vivenciam diariamente a realidade de nossas escolas. Oito professores responderam um questionário (anexo 1) com indagações acerca da perspectiva inclusiva.

Os participantes foram informados sobre o caráter científico da pesquisa e que não precisariam se identificar, embora alguns tenham colocado seus verdadeiros nomes, e nem informar a instituição de ensino em que atuavam.

Por ocasião da pesquisa todos os professores tinham tempo de experiência no magistério, que variava de quatro a vinte oito anos. Em relação à escolarização, sete possuíam graduação em Pedagogia, um em Filosofia e metade tinha concluído curso de pós-graduação, conforme o quadro a seguir:

| Lato Sensu (especialização) | Stricto Sensu |
|------------------------------------|--|
| - 01 Ed. Especial e Inclusiva | - 03 mestres em Educação - 01 doutorando em Filosofia |

Todos tiveram alguma experiência com alunos com deficiência e relataram, em ampla maioria, um sentimento de insegurança, principalmente nos primeiros momentos de convívio, que são os mais difíceis.

Uma professora disse que para educando com deficiência participar em todas as atividades possíveis, é preciso muita parceria entre todos, inclusive com os demais alunos da classe.

Podemos observar nas respostas muitas dúvidas no sentido de buscar a melhor maneira de trabalhar para desenvolver as potencialidades dos alunos, assim como o relato de turmas muito cheias, o que dificulta o processo ensino-

aprendizagem de todos, já que o aluno com deficiência na maioria das vezes necessita de uma maior atenção.

Ao ser questionada se os educandos com deficiência desenvolvem melhor suas potencialidades em uma escola regular, uma professora respondeu que esses alunos

não conseguem desenvolver seus potenciais com este modelo de inclusão, turmas lotadas, escolas sem material adequado (ainda que algumas tenham recebido as salas multifuncionais), professores despreparados e equipes sem saber lidar com o enorme preconceito que estes alunos sofrem por parte da comunidade escolar.

(...) defendo que casos severos fiquem em classe especial, temos alunos em nossa escola que avançaram muito na classe especial e com certeza não teriam avançado em sala regular, pois jamais teriam a atenção integral da professora naquele espaço.

Destes alunos, alguns estão sendo incluídos nas turmas regulares, mas houve todo um trabalho para que atualmente eles possam realmente aproveitar este espaço.

A respeito dessa mesma questão, uma outra participante respondeu:

Sim. Eu acredito que os educandos com deficiência desenvolvem melhor suas potencialidades em uma escola regular e inclusiva. Porém, devemos atentar justamente para os alunos com deficiência mais severa. Porque a escola regular não tem os recursos especiais, como aparelhos para fisioterapia, fonoaudiologia, o método Braille e a Libras (Linguagem Brasileira de Sinais), que fazem a diferença para que o atendimento aos educandos seja de qualidade e de acordo com o que eles precisam para um total desenvolvimento.

Por outro lado, o desenvolvimento psicológico, afetivo e social será positivo no que se refere ao acesso dos alunos deficientes na escola regular. De acordo com a autora do livro: "Inclusão Escolar: pontos e contrapontos", Maria Teresa Eglér Mantoan, a escola regular deve ser complementar e não substitutiva. Parece-me interessante entre as escolas haver este convênio, com o objetivo de uma escola mais acolhedora e mais justa, onde se respeitam as diferenças.

Como já era esperado por nós, foi nessa questão que encontramos o maior impasse entre os participantes. Porém, há um ponto em comum, tanto para os céticos, tanto para os que acreditam no paradigma inclusivo: para que as escolas

regulares possam efetivamente contribuir para o desenvolvimento de todos os educandos, elas necessitam ter infraestrutura adequada.

Assim como os professores que participaram desta pesquisa, acreditamos que não basta somente incluir os alunos com deficiência em uma classe regular sem contar com o apoio de atendimento educacional especializado; educadores com boa formação, não bastando apenas cursos “instantâneos” e superficiais; recursos metodológicos; oferta de cursos de especialização na área, para o aperfeiçoamento de pessoal; recursos financeiros para obtenção de materiais didáticos específicos; auxílio dos demais alunos e apoio incondicional dos familiares; além de parcerias com outras secretarias e instituições. De acordo com uma das participantes, se a escola não contar com toda uma rede de apoio, continuará promovendo a exclusão.

Podemos perceber nas respostas que a formação dos educadores se configura uma questão fundamental. Acerca da preparação dos professores, um dos participantes da pesquisa respondeu:

(...) acredito na educação e em seu poder transformador. De outra forma, não seria professor. No entanto, devo sublinhar que a grande deficiência neste aspecto ocorre mesmo é na formação dos professores. Na maioria dos casos, a formação omite não só a questão da inclusão dos deficientes, como também questões relativas aos direitos humanos, raça, gênero, tolerância sexual e religiosa, etc.

Para Müller & Glat (2007: 29), os cursos de formação, seja a nível secundário, seja na graduação, tanto sob o aspecto teórico quanto prático discutem muito pouco acerca da Inclusão, o que faz com que os profissionais sejam “jogados” no mercado de trabalho bastante despreparados para lidar com os educandos com deficiência.

Ainda de acordo com Müller & Glat (2007: 30), os cursos de professores ensinam a teoria sem uma articulação com a prática, além de não capacitá-los para trabalhar com a diversidade encontrada no universo dos educandos.

Acreditamos que a base da formação inicial e continuada do professor deve contemplar conhecimentos do paradigma inclusivo e conhecimentos gerais e

específicos de acordo com a natureza da prática docente. Tal formação deve ressaltar a diversidade e o caráter interativo vivenciado nas escolas e fora delas.

Ao serem questionados sobre o que poderia facilitar o trabalho cotidiano em uma sala de aula inclusiva, cinco professores mencionaram que é necessária uma formação melhor e continuada para os educadores.

A seguir, veremos mais alguns pontos mencionados pelos professores para desenvolverem um melhor trabalho em sala de aula:

- atendimento educacional especializado;
- adaptação do currículo e do espaço de acordo com a necessidade dos educandos;
- menos alunos por turma;
- sala de recursos;
- professores auxiliares; e
- utilização de diversos recursos.

Como vimos, um dos grandes desafios para uma educação realmente de qualidade para todos é a implementação de políticas e práticas para superar as origens da exclusão que está enraizada na sociedade. Como nos disse uma professora, ainda temos um longo caminho a trilhar para que isso aconteça.

3.2 – Os benefícios da inclusão para todos

As escolas inclusivas não são voltadas somente para as pessoas com deficiência e sim para todas as pessoas – professores, alunos, os profissionais envolvidos e a sociedade em geral. De acordo com Stainback & Stainback (1999), os alunos com deficiências têm oportunidade de preparar-se para a vida na comunidade, os educandos sem deficiência aprendem a ser sensíveis, a compreender, a respeitar e a crescer confortavelmente com as diferenças e as semelhanças individuais entre seus pares, os professores têm oportunidade de desenvolver suas habilidades profissionais, enquanto a sociedade passa a funcionar de acordo com o valor social da igualdade para toda as pessoas.

Para Santos (2003: 78), “todos os alunos se beneficiam quando os educadores adaptam seus currículos e estilos de ensino para atender à gama de

diversidades encontradas entre os alunos de qualquer turma”. Quanto o valor da diversidade vivenciada em uma sala de aula inclusiva, Robert Barth (1990), um professor de Harvard, declarou que:

Eu preferiria que meus filhos frequentassem uma escola em que as diferenças fossem observadas, valorizadas e celebradas como coisas boas, como oportunidades para a aprendizagem. A pergunta com que tantos educadores estão preocupados é: “Quais são os limites da diversidade além dos quais o comportamento é inaceitável?”... Mas a pergunta que eu gostaria de ver formulada com mais frequência é: “Como podemos fazer um uso consciente e deliberado das diferenças de classe social, gênero, idade, capacidade, raça e interesse como recursos para a aprendizagem?”... As diferenças encerram grandes oportunidades para a aprendizagem. Elas oferecem um recurso livre, abundante e renovável. Eu gostaria de ver nossa compulsão por eliminar as diferenças substituída por um enfoque igualmente insistente em se fazer uso dessas diferenças para melhorar as escolas. O que é importante sobre as pessoas e sobre as escolas – é o que é diferente, não o que é igual. (p. 514-515 apud Stainback & Stainback, 1999: 24)

Para Mantoan (2006: 27), a escola inclusiva é o ambiente mais adequado para garantir o relacionamento entre os alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica. A interação entre todos vivenciada neste ambiente pode favorecer o desenvolvimento cognitivo, social, motor e afetivo dos alunos em geral.

Ressalta-se também, que nas classes inclusivas os alunos têm oportunidade de vivenciarem conflitos, de confrontar valores, praticar a cooperação e solidariedade. Ao observar que cada pessoa é única e possuidora de necessidades, condições e habilidades diferentes, poderá aprender a lidar com a diferença e naturalizá-la.

Por fim, Stainback & Stainback (1999) destacam que a “razão mais importante para o ensino inclusivo é o valor social da igualdade”. Para eles a inclusão reforça a ideia de que as diferenças são aceitas e respeitadas, pois apesar das diferenças, todos temos direitos iguais. Além disso, a riqueza dos contatos sociais entre os pares auxilia os educandos na formação de sua personalidade, na aquisição de valores e no desenvolvimento intelectual e físico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos autores pesquisados e dos professores, que muito contribuíram para nossa pesquisa, somos levados a crer que os alunos com deficiência desenvolvem melhor suas potencialidades em escolas inclusivas.

Vimos também que a inclusão não se trata de modo algum, apenas da inserção de alunos com deficiência no ensino regular. O campo inclusivo é bastante vasto e objetiva tratar o problema da exclusão, assim como eliminar quaisquer formas de preconceitos enraizado na sociedade em relação às pessoas.

Para Mantoan (2006), “todos são unânimes em destacar a importância da educação no processo global que conduz à participação plena das pessoas com deficiência na sociedade”.

Consideramos que a sociedade inclusiva também tem origem na escola inclusiva, pois acreditamos que se a inclusão fosse vivenciada desde a Educação Infantil, quando os educandos chegassem aos níveis mais elevados, na escola e em todas as esferas sociais, não iriam “estranhar” a convivência junto a pessoas com deficiência. Ainda de acordo com Mantoan (2006), numa sociedade cada vez mais diversificada, a escola inclusiva ensina os alunos a aceitar as pessoas que são diferentes.

Podemos observar que um grande obstáculo a ser vencido é o da formação de professores, que de acordo com Carvalho (1996 apud Müller & Glat, 2006), deixa muito a desejar. Carvalho concluiu que:

os professores, em sua maioria, estão despreparados para lidar com alunos especiais (...) há a necessidade de reformulação dos atuais programas de formação de professores, bem como a capacitação dos professores já atuantes nas escolas, para que esses possam ir, paulatinamente, construindo uma ação pedagógica capaz de dar conta de clientelas tão distintas.

Outros obstáculos a serem vencidos são os de natureza subjetiva, que ao nosso ver, são os mais fortes, pois dizem respeito a questões que estão enraizadas em uma sociedade que não está habituada a reconhecer e valorizar as diferenças.

A seguir, veremos o que Mantoan (2006), diz a respeito das dificuldades para a inclusão (grifo meu):

(...) estamos falando aqui de inclusão incondicional e isso implica em uma modificação igualmente drástica da estrutura pré-existente. (...) O processo de incorporação do novo, neste caso, é produzido por mecanismos de adaptação em que a assimilação é lenta. (...) Em outras palavras, não conseguimos uma transformação real duradoura, se não vivermos esse “purgatório” da exclusão, que é um período em que precisamos de muita paciência e crença nos nossos propósitos revolucionários, para conseguirmos atingir o desejado, ou melhor, derrubar as resistências que nos impedem de criar condições para a inclusão em educação.

Para Sasaki (2006: 40), a inclusão, em sua significação mais profunda, é um processo que contribui para um novo tipo de sociedade por meio de pequenas e grandes transformações, nos ambientes físicos, nos ideais das instituições e na mente de todas as pessoas e, portanto, também na mente da própria pessoa com deficiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

STAINBACK, Susan & William. Inclusão: um guia para educadores. Trad. de Magda França Lopes. Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul, 1999.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo, SP: Moderna, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, RJ: 7ª edição. WVA, 2006.

SANTOS, Mônica Pereira dos et alii. Educação especial e inclusiva. Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, RJ. Número 7, mai. 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Online: disponível na internet via <http://www.movimentovida.hpg.ig.com.br/romeu1.htm>. Arquivo acessado em 24 de outubro de 2010.

CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Organização Mundial de Saúde: Lisboa. 2004

MÍDIA E DEFICIÊNCIA / Veet Vivarta, coordenação. – Brasília: Andi. Fundação Banco do Brasil, 2003. 184 p. il. Colo. – (Série Diversidade).

TORRES, Raquel. "Educação especial e inclusão: desafios para garantir o direito de pessoas com deficiência à educação". Revista Poli. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Oswaldo Cruz, jul./ago. 2010, p. 2-3.

O ACESSO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA ÀS ESCOLAS E CLASSES COMUNS DA REDE REGULAR. Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (organizadores) / 2ª ed. rev. e atualizada. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

KLOH, Fabiana Ferreira Pimentel. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional comentada. (LDB - Lei Nº 9.394/1996). Rio de Janeiro, RJ: 2ª edição. Degrau Cultural, 2010.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. – Brasília, jan. de 2008.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso. GLAT, Rosana. Uma professora muito especial. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2007.

MÂNGIA, Elisabete Ferreira et alii. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP: vol. 19, n. 2. maio/ago. 2008. p. 121-130.

AMIRALIAN, Maria LT et alii. Revista de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP: vol. 34, n. 1. fev. 2000. p. 97.

ANEXOS

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS PROFESSORES

Nome (fictício):

Formação acadêmica:

Tempo de atuação:

Participou de algum curso relacionado à inclusão? Há quanto tempo?

1) Já teve alguma experiência com alunos com deficiência? Como é ter um aluno com deficiência em sala de aula?

2) Você acredita que os educandos com deficiência efetivamente desenvolvem melhor suas potencialidades em uma escola regular e inclusiva? E os alunos com deficiência mais severa? Por quê?

3) Você acredita que a Educação Inclusiva realmente contribui para o fim da exclusão e preconceito em relação às pessoas com deficiência e também para que essas pessoas tenham uma participação plena na sociedade? Por quê?

4) Que elementos você considera que poderiam facilitar o trabalho cotidiano em uma sala de aula inclusiva?

Informações sobre o estudo

A pesquisa “*A Educação Inclusiva e suas contribuições para inserção social da pessoa com deficiência*”, é parte integrante do trabalho de conclusão de curso do graduando Tiago Alves de Lima, do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), e objetiva elencar algumas das contribuições da Educação Inclusiva para o desenvolvimento e inserção de pessoas com deficiência na sociedade. Ao prosseguirmos com nosso trabalho, acreditamos ser de extrema importância o posicionamento, acerca dessa questão, dos professores que estejam trabalhando em classes inclusivas. Todos os dados obtidos servirão para que possamos continuar na busca de comprovações para nossas hipóteses, sejam elas positivas ou negativas. Ressaltamos que todas as informações obtidas serão de uso estritamente científico e que é expressamente garantido o sigilo da identidade do sujeito, bem como da instituição a que pertença.

ANEXO 2

OS QUESTIONÁRIOS E COMENTÁRIOS DOS PROFESSORES

QUESTIONÁRIO 1

Nome (fictício): *Lúcia Almeida.*

Formação acadêmica: *Pedagoga, Pós-Graduada em Educação Especial e Educação Inclusiva e concluindo curso de Psicopedagogia.*

Tempo de atuação: *4 anos.*

Participou de algum curso relacionado à inclusão? Há quanto tempo?

Sim. Tudo o que envolve a Ed. Inclusiva tento realizar estudos para uma melhor formação e contribuição para lidar com a diversidade.

1) Já teve alguma experiência com alunos com deficiência? Como é ter um aluno com deficiência em sala de aula?

Sim. Na minha concepção como especialista em Ed. Inclusiva, não vi nenhum problema. Busco oportunizar o aluno a demonstrar suas qualidades, potencialidades, pois quando privamos nossos alunos, ditos diferentes, de toda chance de se exercitarem estamos privando de se tornarem um cidadão.

2) Você acredita que os educandos com deficiência efetivamente desenvolvem melhor suas potencialidades em uma escola regular e inclusiva? E os alunos com deficiência mais severa? Por quê?

Pensar que os alunos com necessidades educativas especiais matriculados na escola devem ter uma educação diferenciada dos ditos normais, não perpassa a proposta de inclusão. O processo de inclusão demanda de todas as instâncias relacionadas à educação, porém, cabe a escola contemplar em seu PPP (Projeto Político Pedagógico) ações relacionadas à diversidade, consideradas filosofia, gestão, ensino, currículo, avaliação, entre outras.

3) Você acredita que a Educação Inclusiva realmente contribui para o fim da exclusão e preconceito em relação às pessoas com deficiência e também para que essas pessoas tenham uma participação plena na sociedade? Por quê?

N/C.

4) Que elementos você considera que poderiam facilitar o trabalho cotidiano em uma sala de aula inclusiva?

Se faz necessário envolvimento dos professores, comunidade escolar, discussões e reflexões sobre as ações que nortearão a educação inclusiva. Currículos flexíveis que possam responder as necessidades de todos os alunos.

O professor deve se envolver e estar capacitado para fazer adaptações em sua própria classe, trabalhando fora das fronteiras tradicionais das disciplinas escolares de forma cultural, sensível e relevante, e acima de tudo ser comprometido com a educação, buscando ser reflexivo e pesquisador de sua própria prática, pois sabemos que a docência não se esgota na formação inicial, pelo contrário, é um processo permanente que nos prepara para ver o mundo na sua globalidade.

Nós educadores não nos despimos dessa complexidade quando entramos em sala de aula.

QUESTIONÁRIO 2

Nome (verdadeiro): *Bernardo Carvalho Oliveira.*

Formação acadêmica: *Doutorando em Filosofia.*

Tempo de atuação: *15 anos.*

Participou de algum curso relacionado à inclusão? Há quanto tempo?

Não.

1) Já teve alguma experiência com alunos com deficiência? Como é ter um aluno com deficiência em sala de aula?

Tive uma experiência estranha e frustrante. Iniciei as aulas em um colégio novo e, ao chegar na sala, reparei que havia um aluno excepcional. Confesso que fiquei desconcertado e sem saber o que fazer. Não fiquei no colégio por muito mais tempo...

2) Você acredita que os educandos com deficiência efetivamente desenvolvem melhor suas potencialidades em uma escola regular e inclusiva? E os alunos com deficiência mais severa? Por quê?

Penso que em ambos os casos, o diferencial não passa pelo convívio – que na minha opinião deve ser amplo e irrestrito – mas pelas técnicas e estratégias pedagógicas utilizadas pelos educadores. No meu caso particular, posso afirmar que um curso relacionado à inclusão me permitiria lidar com a situação acima de forma completamente diferente.

3) Você acredita que a Educação Inclusiva realmente contribui para o fim da exclusão e preconceito em relação às pessoas com deficiência e também para que essas pessoas tenham uma participação plena na sociedade? Por quê?

Sim, por uma razão muito simples: eu acredito na educação e em seu poder transformador. De outra forma, não seria professor. No entanto, devo sublinhar que a grande deficiência neste aspecto ocorre mesmo é na formação dos professores. Na maioria dos casos, a formação omite não só a questão da inclusão dos deficientes, como também questões relativas aos direitos humanos, raça, gênero, tolerância sexual e religiosa, etc.

4) Que elementos você considera que poderiam facilitar o trabalho cotidiano em uma sala de aula inclusiva?

Não me sinto habilitado a opinar em um tema que não conheço. Mas posso afirmar que não aprovo a inserção direta do aluno, sem o apoio de profissionais qualificados.

QUESTIONÁRIO 3

Nome (verdadeiro): *Thays Rosalin de Araújo.*

Formação acadêmica: *Pedagogia.*

Tempo de atuação: *7 anos.*

Participou de algum curso relacionado à inclusão? Há quanto tempo?

Sim. Disciplina específica na graduação e debates sobre o tema.

1) Já teve alguma experiência com alunos com deficiência? Como é ter um aluno com deficiência em sala de aula?

Sim. É sempre difícil, porém estimulante. É preciso fazer com que o aluno se integre em todas as atividades possíveis, embora sejam necessários alguns momentos individualizados e muita parceria com os demais alunos.

2) Você acredita que os educandos com deficiência efetivamente desenvolvem melhor suas potencialidades em uma escola regular e inclusiva? E os alunos com deficiência mais severa? Por quê?

Na escola regular com certeza, pois os outros alunos “puxam” estes alunos, além de outras habilidades que não a leitura e a escrita serem desenvolvidas. Em relação aos alunos com deficiência mais severa, não tenho experiência, porém penso que deve-se observar cada caso.

3) Você acredita que a Educação Inclusiva realmente contribui para o fim da exclusão e preconceito em relação às pessoas com deficiência e também para que essas pessoas tenham uma participação plena na sociedade? Por quê?

Sim. Porém é sempre necessário não esquecer que os alunos deficientes têm os mesmos direitos dos ditos normais. Na escola as crianças vão percebendo que as pessoas são diferentes e que umas precisam de mais auxílio, mas são capazes sempre. Já em relação à participação na sociedade, penso que outros espaços precisam ser inclusivos para que ocorra esta participação plena.

4) Que elementos você considera que poderiam facilitar o trabalho cotidiano em uma sala de aula inclusiva?

Menos alunos por turma, quando houver alunos inclusos; sala de recurso integrada com a turma regente; mais formação para os docentes; e em casos específicos, professor “auxiliar”.

QUESTIONÁRIO 4

Nome (fictício): Rosa Maria Rodrigues.

Formação acadêmica: Licenciatura Plena em Pedagogia – Educação Infantil e 1ª a 4ª séries – FEBF/2004.

Tempo de atuação: 17 anos.

Participou de algum curso relacionado à inclusão? Há quanto tempo?

Sim. Participei de um curso relacionado à Inclusão na FEBF (Faculdade de Educação da Baixada Fluminense), onde retornei no ano de 2010 para concluir a Pedagogia da multi-habilitação, através do aproveitamento de matérias, que só foi liberado a partir de 2006. A professora era incrível! Apesar de cursarmos a EDUCAÇÃO INCLUSIVA num período de um semestre inteiro, pareceu-me que foi pouco, pois o assunto é muito amplo e polêmico. Ela deixou claro que teríamos muito o que pesquisar e estudar sobre o assunto. Despertou a sensibilidade daqueles que não estavam ali por acaso, que foram seduzidos por amor à Educação, cientes da grande responsabilidade e da grande verdade: Ser professor não é apenas uma profissão e sim uma MISSÃO.

1) Já teve alguma experiência com alunos com deficiência? Como é ter um aluno com deficiência em sala de aula?

Sim. Já tive experiência com alunos com deficiência. Uma delas foi com uma menina de 4 anos de idade, muito linda! Ela tinha Síndrome de Down. No início todos ficamos preocupados e apreensivos, pensando na forma como deveríamos lidar e cuidar daquela criança. Depois percebemos que não era tão diferente das crianças ditas “normais”. Ela era uma menina meiga e carinhosa, também muito agitada e impulsiva. Quando procurávamos por ela, estava longe, em outra sala ou em qualquer outro lugar da creche, normalmente mexendo nas bolsas e mochilas das colegas e dos coleguinhas e até no celular da diretora.

O seu desenvolvimento na aprendizagem oral e escrita era referente, ou mais ou menos, de uma criança de 2 anos, mas a sua motricidade era bem avançada. Fazia balé e dançava de forma alegre e espontânea.

Com o tempo de estadia na creche e muita paciência dos coleguinhas da sala e de todos os funcionários, ela aprendeu a ter limites e saber que nem tudo que queria, a qualquer momento, poderia aprontar.

Ganhou a ajuda, solidariedade e compreensão de todos nós e nos ensinou muito também com seu jeitinho todo “especial de ser”. Quando foi para outra escola nós sentimos sua falta e ela se tornou inesquecível para todos que conviveram com ela, e para sempre em nossos corações.

2) Você acredita que os educandos com deficiência efetivamente desenvolvem melhor suas potencialidades em uma escola regular e inclusiva? E os alunos com deficiência mais severa? Por quê?

Sim. Eu acredito que os educandos com deficiência desenvolvem melhor suas potencialidades em uma escola regular e inclusiva. Porém, devemos atentar justamente para os alunos com deficiência mais severa. Porque a escola regular não tem os recursos especiais, como aparelhos para fisioterapia, fonoaudiologia, o método Braille e a Libras (Linguagem Brasileira de Sinais), que fazem a diferença para que o atendimento aos educandos seja de qualidade e de acordo com o que eles precisam para um total desenvolvimento.

Por outro lado, o desenvolvimento psicológico, afetivo e social será positivo no que se refere ao acesso dos alunos deficientes na escola regular. De acordo com a autora do livro: “Inclusão Escolar: pontos e contrapontos”, Maria Teresa Eglér Mantoan, a escola regular deve ser complementar e não substitutiva. Parece-me interessante entre as escolas haver este convênio, com o objetivo de uma escola mais acolhedora e mais justa, onde se respeitam as diferenças.

3) Você acredita que a Educação Inclusiva realmente contribui para o fim da exclusão e preconceito em relação às pessoas com deficiência e também para que essas pessoas tenham uma participação plena na sociedade? Por quê?

Sim. Eu acredito que a Educação Inclusiva contribui para o fim da exclusão e preconceito em relação às pessoas com deficiência e também para que essas pessoas tenham uma participação plena na sociedade, certamente.

De acordo com estudiosos e pesquisadores do assunto, a escola inclusiva deve gerar a garantia de relações justas nas escolas, respeitando as diferenças sim. Lembram ainda que muitas escolas afirmam tratar as diferenças de seus alunos e ainda usam os critérios niveladores para passagem de séries. Continuam os estudiosos... “para que de fato a inclusão aconteça, são necessárias mudanças profundas de concepções, como de práticas educativas, e organizações no ensino regular.” Dessa forma, a partir dessa reflexão, a escola preparará todos os alunos para uma participação plena na sociedade, porque a sociedade, se não é ainda, deverá ser uma sociedade inclusiva.

4) Que elementos você considera que poderiam facilitar o trabalho cotidiano em uma sala de aula inclusiva?

A especialização maior dos professores e profissionais da educação como: o curso de Braille, o curso de Libras, cursos de aperfeiçoamento de Artes, Matemática, Psicologia, etc., pois nem todos os profissionais que trabalham nesta área estão capacitados o suficiente, e os poucos que possuem alguma especialização ficam sobrecarregados com o excesso de trabalho, como tradução do método Braille, por exemplo.

QUESTIONÁRIO 5

Nome (verdadeiro): *Maria Cândida da Silva Almeida.*

Formação acadêmica: *Mestrado em Educação.*

Tempo de atuação: *20 anos.*

Participou de algum curso relacionado à inclusão? Há quanto tempo?

Não.

1) Já teve alguma experiência com alunos com deficiência? Como é ter um aluno com deficiência em sala de aula?

Sim. Já tive ao longo do magistério. Alguns alunos inclusos nas turmas que trabalhei. É um sentimento duplo. Ao mesmo tempo em que existe a felicidade por trabalhar com determinados alunos, há também a dúvida no trabalho a respeito da melhor maneira de desenvolver as potencialidades dos alunos sem compará-los com os demais.

2) Você acredita que os educandos com deficiência efetivamente desenvolvem melhor suas potencialidades em uma escola regular e inclusiva? E os alunos com deficiência mais severa? Por quê?

Eu acredito que a inclusão em sala de aula é apenas mais um espaço do qual o aluno portador de necessidades educativas especiais precise e que se faz necessário uma rede de suporte para as outras questões que vão para além da escola. Quanto aos alunos com deficiências mais severas, como paralisia cerebral, por exemplo, são atendidos na classe especial com horário reduzido. (aqui nesta Unidade de Ensino)

3) Você acredita que a Educação Inclusiva realmente contribui para o fim da exclusão e preconceito em relação às pessoas com deficiência e também para que essas pessoas tenham uma participação plena na sociedade? Por quê?

A inclusão é positiva para alunos que consigam acompanhar minimamente o processo educacional. Nos casos mais severos corre-se o risco desses alunos ficarem à parte em sala de aula. O processo de inclusão é o início do processo social que é possibilitar que todas as pessoas, apesar das diferenças, tenham os mesmos direitos e oportunidades.

4) Que elementos você considera que poderiam facilitar o trabalho cotidiano em uma sala de aula inclusiva?

O processo de formação continuada, a adaptação curricular e a adaptação do espaço de acordo com a necessidade de cada aluno.

QUESTIONÁRIO 6

Nome (fictício): *Aprendente.*

Formação acadêmica: *Mestrado em Educação.*

Tempo de atuação: *28 anos.*

Participou de algum curso relacionado à inclusão? Há quanto tempo?

Seminário e Encontros. O mais recente foi em fevereiro deste ano.

1) Já teve alguma experiência com alunos com deficiência? Como é ter um aluno com deficiência em sala de aula?

Entendo que todos nós temos alguma deficiência, pois somos seres incompletos e limitados. Considero que ao trabalhar com a diversidade de alunos, temos muitas multiplicidade de conhecimentos e saberes que os sujeitos adquirem ao longo de suas vidas. No percurso da escolarização básica, temos um currículo nacional para ser trabalhado, que exige o domínio de competências e habilidades mínimas a serem apreendidas pelos sujeitos em idades correspondentes. Esse é o dilema que engessa o trabalho docente, num espaço e tempo limitado, acentuando as deficiências nos sujeitos, quando há diferenças sociais, econômicas e culturais predominantes sem as condições de igualdade de tratamento, acentua-se as diferenças e transforma-se em desigualdades.

Ter alunos portadores de necessidades especiais exige parcerias com equipes multidisciplinares, instituições especializadas, familiares, alunos e recursos financeiros. Construir a integração é muito desgastante e leva tempo. No interior da escola temos restrições do calendário escolar e do seu cotidiano, administrar o tempo dos profissionais parceiros com o nosso, é muito conflitante e potencializa maior demanda de trabalho docente, sendo este tratado como trabalho voluntário do docente. Este trabalho exige maior investimento de aperfeiçoamento profissional, disponibilidade de recursos metodológicos, planejamento e reflexão, gestão das relações interpessoais no espaço escolar e muito criatividade na mediação pedagógica. É uma tarefa para um superprofissional, herói abnegado pelas causas sociais.

2) Você acredita que os educandos com deficiência efetivamente desenvolvem melhor suas potencialidades em uma escola regular e inclusiva? E os alunos com deficiência mais severa? Por quê?

Há uma relatividade de caso por caso, pois existem muitos fatores que viabilizam o desenvolvimento. Temos casos de sucesso no desenvolvimento da aprendizagem, como de estagnação. Quando a conjuntura de fatores (família, equipe multidisciplinar, equipamentos pedagógicos, monitores, investimento na formação continuada) que atuam em conjunto com a escola, podemos perceber avanços na inclusão social, pedagógica e cultural.

Quanto aos comprometimentos mais severos percebo muitas limitações no espaço escolar, principalmente numa inadequação do espaço físico e social. Há instituições próprias que acumulam conhecimento e experiências que não podem ser anuladas, esquecidas ou abandonadas pelo poder público. Elas são necessárias para garantir a cidadania desses brasileiros.

3) Você acredita que a Educação Inclusiva realmente contribui para o fim da exclusão e preconceito em relação às pessoas com deficiência e também para que essas pessoas tenham uma participação plena na sociedade? Por quê?

Ainda temos um longo caminho a trilhar, pois não é apenas garantir a matrícula na escola, mas garantir sua aprendizagem e atendimento multidisciplinar. É um trabalho contínuo e persistente de combate ao preconceito com atitudes éticas e políticas públicas que garantam efetivamente o desenvolvimento dos brasileiros.

4) Que elementos você considera que poderiam facilitar o trabalho cotidiano em uma sala de aula inclusiva?

Um atendimento multidisciplinar (fisioterapeuta, fonoaudiólogo, médicos, psicólogos) que garantam a continuidade da família no suporte a saúde integral, condições de trabalho para o docente como monitores, intérpretes, equipamentos pedagógicos e físicos que possibilitem atenuar as diferenças de acesso ao conhecimento, redução do quantitativo de alunos por turmas, principalmente nos anos finais do Ensino Fundamental, garantir as classes especiais no espaço escolar para casos de necessidades que inviabilizam a inserção nas salas de aula. Equipe pedagógica e garantia de espaço de planejamento e estudo no próprio espaço escolar.

QUESTIONÁRIO 7

Nome (fictício): Débora.

Formação acadêmica: *Mestra em Educação, Comunicação e Cultura em Periferias Urbanas.*

Tempo de atuação: *No magistério 18 anos, sempre com alunos inclusos e um ano de atuação em Sala de Recursos.*

Participou de algum curso relacionado à inclusão? Há quanto tempo?

Sim. Em 2010, curso de inclusão e de atendimento ao aluno com déficit intelectual (nova nomenclatura para a deficiência mental), pela Universidade de Bauru (se não me engano a sigla é UNESP), o curso de formação continuada oferecido pela SME (Secretaria Municipal de Educação) que abrangeu deficiência auditiva e surdez, baixa visão e cegueira, autismo, altas habilidades e um curso bem simples do Portal da Educação (EAD) de atendimento educacional ao aluno especial.

1) Já teve alguma experiência com alunos com deficiência? Como é ter um aluno com deficiência em sala de aula?

Sim, é muito difícil, pois de um modo geral eles necessitam de atendimento direto do professor para desenvolver alguma atividade produtiva, e isso é inviável em uma turma regular, pois os demais alunos também te exigem atenção e você precisa parar para explicar as atividades, enfim dar a aula, então sempre haverá momentos em que o aluno especial fica meio à toa e isso não é bom, penso que o ideal era ter mais de um docente nestas classes, um seria o auxiliar para este aluno tão dependente, em toda a minha carreira não tive nenhum que possuísse autonomia para realmente desenvolver as atividades, copistas do quadro sim, tive vários, mas quem aprende só com isso?

É há outras questões, às vezes é necessário dar banho nestes alunos, trocar fraldas, alimentá-los e etc, e os demais alunos da turma ficam sozinhos, e seja o que Deus quiser... pois a quantidade de profissionais da escola não é suficiente, lutamos já há algum tempo pelo cuidador, aqui na rede de Duque de Caxias, mas apesar de alguns avanços no ano passado, no qual até o piso salarial deste profissional chegou a ser discutido, a coisa toda parece que estagnou.

2) Você acredita que os educandos com deficiência efetivamente desenvolvem melhor suas potencialidades em uma escola regular e inclusiva? E os alunos com deficiência mais severa? Por quê?

Nenhum dos casos citados conseguem desenvolver seus potenciais com este modelo de inclusão, turmas lotadas, escolas sem material adequado (ainda que algumas tenha recebido as salas multifuncionais) professores despreparados e equipes sem saber lidar com o enorme preconceito que estes alunos sofrem por parte da comunidade escolar.

Mesmo desacreditando neste modelo de inclusão, defendo que casos severos fiquem em classe especial, temos alunos em nossa escola que avançaram muito na classe especial e com certeza não teriam avançado em sala regular, pois jamais teriam a atenção integral da professora naquele espaço.

Destes alunos alguns estão sendo incluídos nas turmas regulares, mas houve todo um trabalho para que atualmente eles possam realmente aproveitarem este espaço.

3) Você acredita que a Educação Inclusiva realmente contribui para o fim da exclusão e preconceito em relação às pessoas com deficiência e também para que essas pessoas tenham uma participação plena na sociedade? Por quê?

Não, ainda não. Vencer o preconceito é um processo ainda com muito a se conquistar e avançar, a educação inclusiva poderá contribuir sim, mas ainda é preciso avançarmos muito nos caminhos da própria educação inclusiva, ainda há muito desencontro de ideias, desconhecimento das potencialidades destes alunos, paternalismo (peninha, não se exige por que coitadinho... e por aí vai)

A educação inclusiva pode contribuir, mas o problema do preconceito é muito maior do que a escola, mas é uma ferramenta poderosa.

4) Que elementos você considera que poderiam facilitar o trabalho cotidiano em uma sala de aula inclusiva?

O professor desejar ter este aluno, mas este desejo vem muitas vezes de condições de estudar e ter uma formação adequada, por que o que eu vejo muito é o professor rejeitar, por que não sabe o que fazer e não recebe apoio de ninguém e ainda é criticado por não se perceber o avanço do aluno.

Então vamos lá: turma reduzida, professor ter a formação continuada garantida com espaço de troca de experiências e planejamento, material adequado às necessidades do aluno, o profissional cuidador, professor auxiliar.

Penso que é preciso ter clareza ainda dos limites entre deficiência e doença (este último não atendido pela educação inclusiva, mas às vezes presente dentro da escola),

Apoio médico também seria bom, pois todos sabemos que a equipe deve ser multifuncional (médico, psicólogo, nutricionista, etc) mesmo que fosse por pólos, os alunos ficam a mercê da rede comum pública e é uma desgraça!

QUESTIONÁRIO 8

Nome (fictício): *Mônica.*

Formação acadêmica: *Graduação em Pedagogia e Pós-Graduação em Educação Infantil, ainda em conclusão.*

Tempo de atuação: *20 anos na rede estadual (RJ) e onze anos na rede municipal de Duque de Caxias.*

Participou de algum curso relacionado à inclusão? Há quanto tempo?

Um curso específico, não. Já tive a oportunidade de participar de algumas palestras que tratavam sobre a inclusão e recentemente do 2º GRUPECI.

1) Já teve alguma experiência com alunos com deficiência? Como é ter um aluno com deficiência em sala de aula?

Sim. A primeira vez que isso aconteceu foi logo assim que entrei para a rede pública, há alguns anos e como primeira experiência foi muito difícil, pois não tinha muitas informações sobre crianças com deficiência e o trabalho em sala de aula era muito solitário, o que dificultava bastante o trabalho. Lidar com a deficiência e não saber o que propor como caminho para desenvolver a potencialidade que cada criança tem, independente da sua deficiência era o que mais me angustiava.

2) Você acredita que os educandos com deficiência efetivamente desenvolvem melhor suas potencialidades em uma escola regular e inclusiva? E os alunos com deficiência mais severa? Por quê?

Os que apresentam uma deficiência mais leve e estão em condições de serem incluídos nas turmas regulares, sim. Já os que apresentam uma deficiência mais severa, acredito que seja necessário um espaço mais específico, com um atendimento mais individualizado onde possa ter atividades específicas e as suas necessidades atendidas, como aqui nesta escola, onde há a Classe Especial de horário reduzido que atende alunos com essa característica.

3) Você acredita que a Educação Inclusiva realmente contribui para o fim da exclusão e preconceito em relação às pessoas com deficiência e também para que essas pessoas tenham uma participação plena na sociedade? Por quê?

Depende que inclusão é essa, pois não basta apenas incluir a criança numa turma regular, mas é preciso acima de tudo dar condições para que ela possa desenvolver suas potencialidades e ao professor, apoio para que possa, de fato, atender às necessidades dessa criança e também de todo o grupo. Simplesmente colocar a criança na turma, sem materiais específicos e sem acompanhamento

pedagógico e o apoio de outros profissionais que possam ser parceiros desse do professor é promovendo a exclusão.

4) Que elementos você considera que poderiam facilitar o trabalho cotidiano em uma sala de aula inclusiva?

Acredito que materiais específicos para trabalhar com as dificuldades apresentadas pela criança e o uso de computadores, dependendo da deficiência, seriam importante. Explorar diferentes movimentos e sensações utilizando a música, imagens em DVD, jogos específicos, colchonetes para desenvolver movimentos com o corpo, enfim, materiais que pudessem desenvolver as potencialidades de cada criança de acordo com as suas necessidades.



A obra A Educação Inclusiva e suas contribuições para inserção social da pessoa com deficiência de Tiago Alves de Lima foi licenciada com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 3.0 Não Adaptada](http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/).

`
A obra A Educação Inclusiva e suas contribuições para inserção social da pessoa com deficiência de Tiago Alves de Lima foi licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 3.0 Não Adaptada.`